

TORRES, Manuel Martins

*sen. RJ 1901-1905.

Manuel Martins Torres nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 22 de março de 1843, filho de Antônio Martins Torres e de Ana Joaquina Pereira de Mesquita.

Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, na turma de 1864, onde conheceu Prudente de Moraes, futuro presidente da República (1894-1898), com quem manteve uma longa amizade. Entre 1866 e 1871 trabalhou em Cabo Frio (RJ), onde foi promotor público e inspetor de segurança pública. Em 1872 mudou-se para Lages (SC) para assumir o posto de juiz de direito, e em poucos meses transferiu-se para Itajaí (SC), onde exerceu a mesma função até 1876. Ainda como juiz, em 1877 foi para Cuiabá e no ano seguinte para Abrantes (BA). Entre 1879 e 1880 foi chefe de polícia na província da Paraíba. Estabeleceu-se em seguida em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, onde se tornou chefe político e ingressou no Partido Liberal, sendo eleito deputado provincial.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Diante de seu prestígio como chefe político da capital fluminense, em 9 de janeiro de 1890 foi nomeado primeiro vice-presidente do estado do Rio de Janeiro, na administração de Francisco Portela (1889-1891). Ficou no cargo até 10 de maio de 1891, quando a primeira Assembleia Constituinte fluminense elegeu Francisco Portela e Artur Getúlio das Neves, respectivamente, presidente e vice-presidente constitucionais. Nesse período, aproximou-se do Partido Republicano fluminense e foi para a oposição a Francisco Portela, que em seu governo adotou medidas que favoreciam seu poder pessoal em detrimento da corrente republicana. Entretanto, com a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República em 23 de novembro de 1891, Portela perdeu seu mais importante aliado político, e sua saída do governo fluminense passou a ser exigida em uma série de manifestações. Em Niterói, Martins Torres, juntamente com seu filho Alberto Torres e Sebastião Barroso,

organizou uma série de comícios contra Portela. Este, afinal, diante das pressões, renunciou em 10 de dezembro. Na mesma data assumiu o poder Carlos Baltasar da Silveira (1891-1892).

Ao fim do governo Portela, a Constituição Fluminense foi revogada e uma nova Assembleia Constituinte estadual foi convocada. Com a promulgação da nova Carta, em 9 de abril de 1892, novas eleições estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Nesse pleito, foram eleitos presidente do estado José Tomás da Porciúncula (1892-1894), e vice-presidentes Martins Torres, Joaquim Maurício de Abreu e Lourenço Maia de Almeida Batista, o barão de Miracema. Entre 12 de junho e 15 de agosto de 1893, período em que Porciúncula esteve licenciado, Martins Torres assumiu a presidência do estado.

Durante a Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente marechal Floriano Peixoto que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, Martins Torres lutou contra os revoltosos. Durante os combates, assumiu interinamente a chefatura de polícia da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Na sucessão de Porciúncula, apoiou a eleição de Joaquim Maurício de Abreu para a presidência estadual, e em 1896 participou da reorganização do Partido Republicano Fluminense (PRF), na qual a liderança de Porciúncula foi consolidada, em oposição à facção chefiada pelo barão de Miracema. Com a nova configuração partidária, tornou-se membro da comissão executiva do partido e chefe político da agremiação no 1º distrito eleitoral do estado, com sede em Niterói e composto também pelos municípios de Magé, Itaboraí, Rio Bonito, Araruama, Saquarema e Maricá.

Em 1898 foi eleito deputado estadual na legenda do PRF com 4.384 votos. Contudo, com a eleição de seu filho Alberto Torres para a presidência do estado (1897-1900), o PRF sofreu uma cisão. O novo presidente estadual rebelou-se contra a liderança partidária de Porciúncula, agora senador (1897-1901), que exigia que o Executivo estadual fortalecesse seu partido. Ao lado de seus aliados na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Porciúncula chegou a articular uma tentativa de *impeachment* de Alberto Torres. Essa

tensão ficou expressa nas bancadas estaduais e federais da agremiação, que se dividiram em torno dos dois líderes. Diante dessa situação, em maio de 1899, Martins Torres e outros três membros da comissão executiva do PRF renunciaram a seus cargos e em 23 de julho fundaram o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), liderado por Alberto Torres. No PRRJ, Martins Torres integrou a comissão executiva e continuou à frente do 1º distrito eleitoral do estado, o que lhe garantiu a reeleição como deputado estadual no pleito realizado em 30 de dezembro de 1900, com 4.605 votos. Contudo, nem chegou a assumir sua cadeira na ALERJ, pois foi eleito senador na vaga aberta com a renúncia de Quintino Bocaiúva, que fora eleito presidente do estado do Rio de Janeiro (1900-1903).

Assumiu seu mandato de senador em junho de 1901 e ainda nesse ano envolveu-se nas discussões acerca da transferência da capital fluminense, sediada em Petrópolis desde 1894, devido à Revolta da Armada. Nessa disputa, foi contrário ao retorno da capital para Niterói, mas seu grupo foi derrotado pelas forças políticas emergentes, ligadas ao então deputado federal Nilo Peçanha (1890-1902), favoráveis à mudança, que acabaram vencedoras. Em 1902, na sucessão do presidente da República Campos Sales (1898-1902), não apoiou Quintino Bocaiúva, candidato defendido pela maioria das oligarquias fluminenses, e sim Rodrigues Alves, que saiu vitorioso. No Senado, passou a defender o novo presidente da República e a fazer certa oposição ao recém-eleito presidente fluminense Nilo Peçanha (1903-1906). Por essa posição, ficou contra o governo de Nilo e ao lado do governo federal nos debates sobre o monopólio da União em parte das exportações de areias monazíticas descobertas em território fluminense.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1905.

Foi casado com Carlota Ferreira de Seixas. Seu filho Alberto Torres, além de presidente do estado do Rio de Janeiro, foi deputado federal (1893-1896), ministro da Justiça (1896-1897) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1909).

Publicou *Regulamentos para a arrecadação do selo, cobrança de emolumentos das repartições públicas e impostos de transmissão de propriedade* (1875) e *Lei Hipotecária; Lei nº 1.237, de 24 setembro de 1864, e Decreto nº 3.453, de 26 de abril de 1865* (1876).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; COL. BRAS. GENEAL. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 4/4/2011; FERREIRA, M. *República*; LACOMBE, L. *Chefes*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.